

CAROLINA CORREIA MESQUITA

**EXPERIÊNCIAS DE PROCURA DE AJUDA POR
HOMENS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NA
INTIMIDADE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**

Orientador(a): Professora Doutora Andreia Machado

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Psicologia e Ciências da Vida**

Lisboa

2020

CAROLINA CORREIA MESQUITA

Experiências de procura de ajuda por homens vítimas de violência na intimidade: uma revisão sistemática

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção no Grau de Mestre em Psicologia Forense, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 4 de janeiro de 2021 perante o júri nomeado pelo seguinte Despacho Reitoral nº 281/2020, com a seguinte composição:

Presidente: Prof.^a Doutora Ana Rita Cruz

Arguente: Prof. Doutor Nélio Brazão

Orientador: Prof.^a Doutora Andreia Machado

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2020

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, Professora Andreia, por todo o tempo, dedicação, apoio e disponibilidade durante todos estes meses na elaboração desta Dissertação, por exigir sempre mais e melhor e por puxar por mim.

Um enorme obrigado ao melhor grupo de tese de sempre, Hélder, Diana, Ana e Neuza, por toda a ajuda mútua, suporte e motivação nos momentos mais difíceis. Nunca vou esquecer.

A todos aqueles que nunca acreditaram que fosse capaz de chegar até aqui. Sem eles, não teria tanta determinação para conseguir esta pequena vitória.

Ao Ricardo, por todos os sermões de motivação e de apoio nos momentos mais difíceis, por nunca me deixar desistir e por acreditar mais em mim do que eu própria.

Um obrigada muito especial à minha mãe e irmã por todos os momentos de apoio, de ajuda, de paciência e amor que me deram ao longo deste percurso, por não me deixarem desistir e por estarem sempre comigo. Todo este esforço é também delas.

Obrigada a todos!

Resumo

A violência na intimidade é um grave problema social e um risco para a saúde pública. Apesar da existência de alguns estudos sobre as experiências de violência na intimidade dos homens vítimas, esta temática tem sido muito negligenciada. Assim, o objetivo deste estudo é compreender as experiências dos homens vítimas ao nível da procura de ajuda e da utilidade da mesma, avaliando a sua perceção sobre os serviços existentes. Para tal, foi realizada uma revisão sistemática, cuja questão de investigação era “Quais as perceções dos homens vítimas de violência na intimidade acerca das suas experiências de procura de ajuda?”. Os resultados indicaram que os homens vítimas procuram maioritariamente ajuda informal e, quando comparado com a ajuda formal, as vítimas masculinas percecionam os serviços existentes como pouco úteis. São discutidas individualmente as perceções de cada recurso procurado, assim como os dados encontrados no que respeita às reações ao apoio informal e formal. São, de igual forma, debatidos os efeitos psicológicos da experiência de procura de ajuda dos homens e as causas adjacentes às reações da sociedade e dos serviços de apoio. As necessidades destes homens e as recomendações práticas para os serviços de apoio prestarem melhor serviço às vítimas aquando da procura de ajuda são discutidas.

Palavras-chave: violência na intimidade; homens vítimas; procura de ajuda; perceções; serviços de apoio.

Abstract

Intimate violence is a serious social problem and a risk to public health. Despite the existence of some studies on the experiences of male victims in intimacy, this theme has been largely neglected. Thus, the aim of this study is to understand the experiences of male victims in terms of seeking help and its usefulness and to assess their perception of support services. To this end, a systematic review was carried out, whose research question was “What are the perceptions of men who are victims of intimate violence about their experiences of seeking help?”. The results indicate that male victims mostly seek informal help and, when compared to formal help, male victims perceive support services as not very useful. The perceptions of each resource sought are discussed individually, as well as the data found regarding the reactions of informal support and the support given by technicians. The psychological effects of the experience of seeking help from men and the causes underlying the reactions of society and existing services are also discussed. The needs of these men and practical recommendations for the support services to provide better service to victims when seeking help are also discussed.

Keywords: intimate violence; male victims; seeking help; perceptions; support services.

Lista de abreviaturas

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

VI – Violência na Intimidade

VD – Violência Doméstica

RS – Revisão Sistemática

QATSDD – Quality Assessment Tool for Studies with Diverse Designs (Instrumento de Avaliação de Qualidade para Estudos com Diversos Designs)

DGAI – Direção Geral de Administração Interna

Índice

Introdução.....	8
1.1. Estereótipos associados aos homens.....	10
1.2. Recursos existentes para os homens.....	12
Método.....	13
Resultados.....	16
3.1. Seleção dos estudos.....	16
3.2. Características dos estudos.....	16
3.3. Participantes.....	18
3.4. Características gerais.....	18
3.5. Método.....	18
3.6. Características metodológicas.....	18
3.7. Risco de viés entre grupos.....	18
3.8. Risco de viés entre estudos.....	19
3.9. Resultados dos estudos individuais.....	19
3.9.1. Procura de ajuda / serviços.....	19
3.9.2. Perceção das experiências da procura de ajuda.....	22
Discussão.....	25
4.1. Principais resultados.....	25
4.2. Limitações.....	28
4.3. Recomendações e implicações.....	30
4.4. Conclusão.....	30
Fontes de Financiamento.....	30
Referências.....	31
Anexos.....	35

Índice de Anexos

Apêndice 1: Tabela 4 – Avaliação da Qualidade dos Artigos

Lista de Tabelas e Figuras

Figura 1 - Flowchart

Tabela 1 – Características dos Estudos

Tabela 2 – Procura de ajuda

Tabela 3 – Avaliação da ajuda

Introdução

A violência na intimidade é definida pela OMS como o “*comportamento de um parceiro íntimo ou ex-parceiro que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos de controlo*” (World Health Organization [WHO], (2017).

A violência na intimidade é um grave problema social e um risco para a saúde pública, tendo-se tornado uma preocupação mundial (Coker et al., 2002; Drijber Reijnders, & Ceelen, 2013). No entanto, muito do que é conhecido sobre este fenómeno, nomeadamente os tipos de violência, o seu impacto e os serviços que as vítimas necessitam são referentes ao estudo de mulheres vítimas em relações heterossexuais (Mooney, 2000; Wallace, Wallace, Kenkre, Brayford, & Borja, 2018). Consequentemente, e apesar da existência de alguns estudos sobre as experiências de violência dos homens vítimas, esta temática tem sido negligenciada (Hines & Douglas, 2010a; Huntley et al., 2019) e, pouco reportada, por medo e/ou vergonha e pela falta de apoios especializados para esta população (Barber, 2008; Drijber et al., 2013; Huntley et al., 2019). Hogan et al. (2012), num estudo sobre as experiências de psicólogos com homens vítimas, averiguaram que a sociedade não reconhece que de facto os homens podem também sofrer de violência na intimidade (McCarrick, Davis-McCabe, & Hirst-Winthrop, 2016), o que se traduz em nefastas consequências. A violência na intimidade contra os homens é, portanto, um flagelo encoberto, visto que é um tipo de violência que acontece na intimidade dos indivíduos e ninguém tem acesso ao que experienciam (Drijber et al., 2013).

No que respeita à prevalência, nos Estados Unidos, um em cada quatro homens sofrem de violência na intimidade, nomeadamente violência física, sexual e perseguição (Black et al., 2011; Sullivan, 2018). Outros estudos realizados nos Estados Unidos demonstram-nos que entre 25% a 50% das vítimas de violência na intimidade são homens (Breiding et al., 2014; Machado, 2016; Tjaden & Thoennes, 2000). No Reino Unido, a *ManKind Initiative* (2020) aponta que, em 2018/2019, 576.000 homens foram vítimas de violência no relacionamento íntimo. Em Portugal, não existem estudos que possam comprovar a prevalência exata da vitimação masculina. No entanto, dados do relatório anual de segurança interna de 2018 revelam que 16.8% das vítimas de violência na intimidade que fizeram queixa às forças de segurança eram homens (DGAI, 2019). Também no ano de 2018, as estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) demonstram que 854 homens recorreram à APAV para pedir ajuda (APAV, 2017).

A literatura demonstra que os homens são vítimas de todos os tipos de violência (Hines & Douglas, 2010a; Lysova et al., 2020). Relativamente à violência psicológica, Hines e Douglas (2010a) apresentam no seu estudo que, aproximadamente 95% da sua amostra (n=302), relatou comportamentos de controlo e agressão psicológica por parte das parceiras, como ameaçar que atiram objetos e/ou atirarem mesmo, destruírem os seus pertences de propósito, chamarem-lhes nomes, humilharem-nos, controlarem os seus horários e atividades, proibirem de ver a família e/ou amigos. No que respeita a violência física, esta inclui, a título exemplificativo, bater, empurrar, pontapear, dar socos usar uma faca ou arma contra estes ou mesmo serem estrangulados (Hines et al., 2007; Hines & Douglas, 2010b). Drijber et al. (2013) corroboram esta informação e apresentam também no seu estudo que bater, atirar ou esfaquear com um objeto, pontapear, morder, asfixiar e arranhar são os tipos de violência física mais frequentes de vitimizar os homens numa relação de violência doméstica. Além dos comportamentos referidos anteriormente, os homens relatam que @s seus/suas parceir@s apresentam falsas acusações de violência, requerem pedidos de afastamento (ordens de restrição) delas, e alegam abusos físicos e/ou sexuais aos filhos e fornecem informação falsa aos tribunais para ganharem a custódia dos filhos (Hines et al., 2007; Hines & Douglas, 2010a). Outra forma muito comum de mulheres violentarem os homens incide em utilizar as crianças (filhos do casal) como arma de poder e ameaça de perderem contacto com os filhos.

Este fenómeno persiste no tempo, despoletando consequências físicas, psicológicas e económicas para as vítimas (Black et al., 2011; Sullivan, 2018). Vários estudos (Afifi et al., 2009; Coker et al., 2008; Douglas & Hines, 2011; Hines, 2007; Houry et al., 2008; Prospero, 2007; Prospero & Kim, 2009; Reid et al., 2008) apontam para as consequências psicológicas que os homens que sofrem, tais como: comorbilidade psiquiátrica, perturbações mentais crónicas, severos sintomas depressivos, ansiedade e sintomas de Perturbação de Stress Pós-traumático (Perryman & Appleton, 2016). Outros estudos (Breiding et al., 2014; Hines & Douglas, 2011; Hines, Malley-Morrison, & Dutton, 2013; Randle & Graham, 2011) confirmam estes resultados, indicando ainda que as maiores consequências psicológicas são perturbações cognitivas e de ansiedade, fobias, sentimentos de medo, vergonha, culpa, auto-estima baixa, isolamento social, comportamentos depressivos, mudanças na imagem corporal, disfunções sexuais e perturbação stress pós-traumático (Machado, 2016).

Apesar de, tal como referido anteriormente, os homens sofrerem de violência na intimidade, são poucos os que reportam a mesma (Drijber et al., 2013; Huntley et al., 2019). Quando encontram motivação para reportar a violência à polícia, os estudos demonstram que

as maiores razões são: desejar que a polícia possa parar a violência, terem crianças envolvidas no ambiente de violência e reconhecerem que precisam de ajuda devido aos sintomas que experienciam (Drijber et al., 2013). No entanto, a investigação demonstra que os homens se deparam com obstáculos internos aquando da denúncia, tais como: vergonha, medo, negação, o sistema não os levar a sério, e a falta de apoio nesta altura das suas vidas (Machado, 2016; Tsui et al., 2010).

Estereótipos associados aos homens

Apesar de os homens vítimas serem reconhecidos como tal desde as primeiras pesquisas que surgiram (cerca dos anos 70), parece que esses estudos têm sido desvalorizados pela sociedade (Corbally, 2015; Espinoza & Warner, 2016; Hines & Douglas, 2010b). Isto significa que os esforços, no que respeita à literatura e respostas, continuam vocacionados para mulheres vítimas, embora o foco dos estudos de homens vítimas tenha aumentado significativamente (Espinoza & Warner, 2016; Tsui, Cheung & Leung, 2012).

A violência perpetrada por mulheres é percecionada como menos séria e grave para o homem, devido aos estereótipos de género existentes, i.e., a violência de mulher para homem é perspectivada como menos problemática e menos frequente, comparativamente à violência de um homem sobre uma mulher (Johnson, 1995; Dutton & White, 2013). Dutton e White (2013) afirmam ainda que a violência íntima está associada ao estereótipo de que é um homem dominante que exerce violência sobre uma mulher vítima e inofensiva, sendo este associado ao poder, controlo, força, dominância e agressividade e as mulheres consideradas como fracas e sendo objeto de proteção (Lagartixa, 2017; Ruble, Cohen, & Ruble, 1984). Estes estereótipos não influenciam apenas a sociedade, mas também alguns estudiosos na matéria (e.g., Currie, 1998; Pagelow, 1985; Saunders, 1988) que assumiam que como os homens são maiores fisicamente do que as mulheres, não haveria razão para não se conseguirem defender ou impedir que as parceiras os atacassem, acreditando assim que esta violência era “trivial” (Hines & Douglas, 2010a).

Estes estereótipos influenciam de tal forma a perceção dos indivíduos, que a violência na intimidade perde a sua gravidade, uma vez que a violência só é considerada grave e inaceitável se for perpetrada por um homem (Sorenson & Taylor, 2005; citado por Dutton & White, 2013). Por serem vistos pela sociedade como maiores e mais fortes do que as mulheres, mantém-se assim a descrença de que, devido a todas as suas características, os homens não são vítimas de violência íntima (McNeely et al., 2001; McCarrick et al., 2016), mantendo-se assim

a crença de que as mulheres são mais vulneráveis do que os homens e, por isso, a violência só pode ser exercida por homens (George 1994; McCarrick et al., 2016). No entanto, há vários estudos que demonstram que não existem diferenças de género no que respeita à perpetração de violência (Espinoza & Warner, 2016; Felson & Feld, 2009).

Ao longo dos anos, o que se tem verificado é que os homens são educados para omitir e/ou dissimular os seus problemas como se nada se passasse (Brown, 2004; Espinoza & Warner, 2016). Consequentemente, além das barreiras internas que lhes são impostas na sua educação, deparam-se ainda com barreiras sociais que banalizam este problema (Brown, 2004; Espinoza & Warner, 2016). Muito devido a isto, é mais provável que as mulheres vítimas reportem situações de violência do que os homens (Brown, 2004; Espinoza & Warner, 2016). Consequentemente, os homens vítimas apresentam uma taxa muito baixa de denúncias (Dutton & Nicholls, 2005; Espinoza & Warner, 2016). Geralmente, o que impede estes homens de reportarem os seus casos é o medo de não serem acreditados, serem gozados e acusados de serem os verdadeiros agressores da relação, podendo mesmo serem presos injustamente por isso (Douglas & Hines, 2009; Hines & Douglas, 2010a). Estes obstáculos internos, quando adicionados aos seus valores morais de nunca baterem em mulheres e à possibilidade de perderem a custódia dos seus filhos, parecem justificar a baixa taxa de homens que reportam a violência de que são alvo pelas suas parceiras (Cook, 2009; Hines & Douglas, 2010a; Migliaccio, 2001).

A problemática de todo este tema é que, efetivamente, a violência íntima contra homens é um tabu social, que origina a inconcebível ideia de que estes sejam vítimas de VI, uma vez que, a associação entre ser homem e ser vítima de violência na intimidade é impensável (George, 1994; Machado, 2016; Machado et al., 2018).

De facto, são muitos os estereótipos associados à violência na intimidade contra os homens, mas a verdade é que a evidência empírica demonstra-nos que as motivações dos homens e das mulheres são as mesmas no que respeita às causas que despoletam os comportamentos violentos (Hamberger, 2005; Kernsmith, 2005; Olson & Lloyd, 2005; Machado, Hines, & Matos, 2018). Estas incidem na raiva, retaliação, dominância do parceiro e tentativa de controlo relativo ao mesmo, tentativas de chamar à atenção, falta de comunicação, ciúmes e também o stress (Hamberger, 2005; Kernsmith, 2005; Machado et al., 2018; Olson & Lloyd, 2005), e não apenas na teoria de auto-defesa como alguns autores afirmavam (Machado, 2016).

São também várias as razões que impedem os homens vítimas de deixar as relações abusivas e são, novamente, semelhantes aos motivos que fazem as mulheres vítimas manter estas relações (Cook, 2009; Eckstein, 2011; Hines & Douglas, 2010; Machado et al., 2018). Essas razões são o comprometimento com o casamento, amor, vergonha social por revelar a vitimização, preocupação pelos filhos, medo de não voltarem a ver os filhos ou perderem as suas custódias pelo sistema legal, limitações financeiras que os impedem de não terem dinheiro suficiente para as deixarem, esperança de que @ parcei@ mude de comportamentos e as respostas negativas aos pedidos de ajuda a polícias (Cook, 2009; Eckstein, 2011; Hines & Douglas, 2010; Machado et al., 2018).

Recursos existentes para os homens

Devido à persistência deste problema e às consequências já conhecidas, começaram por surgir inicialmente, nos Estados Unidos, diversos apoios para as vítimas e suas famílias, que, mais tarde, se alargaram por vários países do mundo. Geralmente, estes apoios são organizações sem fins lucrativos, que contam com voluntári@s e colaborador@s efetivos que tentam dar resposta às necessidades das vítimas. Estes apoios consistem nomeadamente em programas de abrigo, casas de abrigo transitórias, grupos de apoio, centros de visitas supervisionadas, divulgação do problema e serviços de aconselhamento (Sullivan, 2018).

O papel destes serviços deve focar-se em ajudar os homens vítimas a compreender, reconhecer e aceitar como os comportamentos abusivos estão presentes e a seriedade com que impactam as suas vidas. Neste sentido, as suas experiências devem ser validadas e levadas a sério. Quando isto não acontece, o risco de isolamento social aumenta (Morgan & Wells, 2016; Wallace et al., 2018).

A realidade da violência na intimidade tem crescido ao longo dos anos, assim como os estudos realizados neste âmbito. No entanto, no que respeita ao estudo das necessidades de serviços, esta não é ainda uma área muito desenvolvida (Wallace et al., 2018). Segundo a literatura neste âmbito, a procura de ajuda de homens vítimas é muito limitada, bem como investigações que se foquem nos serviços para homens vítimas (Morgan et al., 2004; Wallace et al., 2018).

Assim, é pertinente o foco em estudos que permitam compreender quais as experiências dos homens ao nível da procura de ajuda e da utilidade da mesma, para que, desta forma, se consiga contribuir para desenvolver adequadamente o apoio prestado a estas vítimas

e sua consequente intervenção, de modo a ultrapassar as suas experiências de vitimação e ainda apostar na prevenção de futuros abusos (Ansara & Hindin, 2010; Wallace et al., 2018). Posto isto, é importante compreender as necessidades destes homens e aumentar a conscientização pública sobre a VI sobre os homens (Lysova et al., 2020; Tsui, 2010), bem como avaliar como os serviços existentes são percecionados pelas vítimas e se estes respondem adequadamente às suas necessidades (Wallace et al., 2018). A literatura já é consensual no que diz respeito às barreiras internas e externas que estes homens experienciam, mas será que os serviços existentes estão disponíveis para estes homens? (Tsui, 2010). O presente estudo pretende responder a essa questão e avaliar de que forma é que os serviços auxiliam estas vítimas. Naturalmente, é essencial que o conhecimento e informação destes serviços esteja disponível e de fácil acesso. No entanto, Wallace et al. (2018) afirmam que, saber que estes serviços existem é insuficiente, se os homens vítimas não possuírem certezas de que o seu pedido de ajuda vai ser validado e aceite, bem como que não ameaçará a sua identidade masculina (Wallace et al., 2018). Estes autores defendem ainda que a procura de ajuda tornar-se-á plausível quando a sociedade o considerar como possível, ou seja, enquanto não for dada importância ao assunto, não se irá tornar admissível para os homens que estão a ser vitimizados. Desta forma, as conclusões apresentadas no término desta tese irão contribuir para um melhor entendimento do que é necessário apostar para melhorar o apoio formal, contribuindo para a formação de profissionais envolvidos em todo o processo de ajuda, ou seja, saber o que está por desenvolver no âmbito dos recursos de VI para homens. Posto isto, a questão de investigação deste estudo é “Quais as perceções dos homens vítimas de violência na intimidade acerca das suas experiências de procura de ajuda?”.

Método

Os objetivos desta revisão focam-se em identificar as experiências da procura de ajuda de homens vítimas de violência na intimidade e explorar a perceção da utilidade e/ou eficácia dos recursos disponíveis. Essencialmente, serão estudadas as experiências dos homens quando procuram ajuda. Posto isto e, sabendo como foram estas experiências, irá ser explorado como é que os homens as avaliam, i.e., se são úteis ou não. Assim, esta revisão de literatura aponta para diversos recursos de procura de ajuda, tais como, os recursos informais (familiares, amigos, vizinhos e internet) e recursos formais (apoio online, profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, etc), polícia, agências de apoio à vítima, linhas telefónicas, casas-abrigos, grupos de apoio, sistema de justiça e advogados).

O tipo de estudo realizado será uma revisão sistemática (RS). A metodologia da revisão sistemática tem aumentado exponencialmente o seu uso na comunidade científica desde 1989, considerada como “evidência empírica de alta qualidade”, devido à sua abrangência e imparcialidade (Donato & Donato, 2019). É utilizada para responder a uma questão de investigação definida, seguindo uma metodologia rigorosa de várias etapas, como: a definição da questão de investigação, definição do protocolo a cumprir, pesquisa de literatura, análise e avaliação de estudos (Donato & Donato, 2019). A RS recorre a métodos explícitos para elaborar uma pesquisa de literatura relevante e extensiva da área que se vai estudar, avaliando a qualidade dos estudos, extraindo os seus dados mais relevantes para a investigação e sintetizando os resultados (Donato & Donato, 2019). A revisão apresenta-se como uma boa metodologia para sintetizar evidência fiável e precisa, uma vez que agrega todas as evidências empíricas que respeitam os critérios de elegibilidade específicos para responder à questão de investigação proposta, minimizando o viés devido aos seus métodos rigorosos (Liberati et al., 2009). Outros estudos, com outras metodologias mais simples, podem não abranger todas as etapas. Na revisão sistemática, a informação a estudar é apresentada de forma focada, estruturada e organizada, de modo a acrescentar evidência imparcial à literatura existente relativamente ao tema a estudar (Liberati et al., 2009).

As bases de dados utilizadas neste estudo foram: *Web of Science*, *PsycInfo* e *Psychology and Behavioral Sciences Collection*. A equação definida foi: *intimate partner violence AND male victims AND help seeking experiences*.

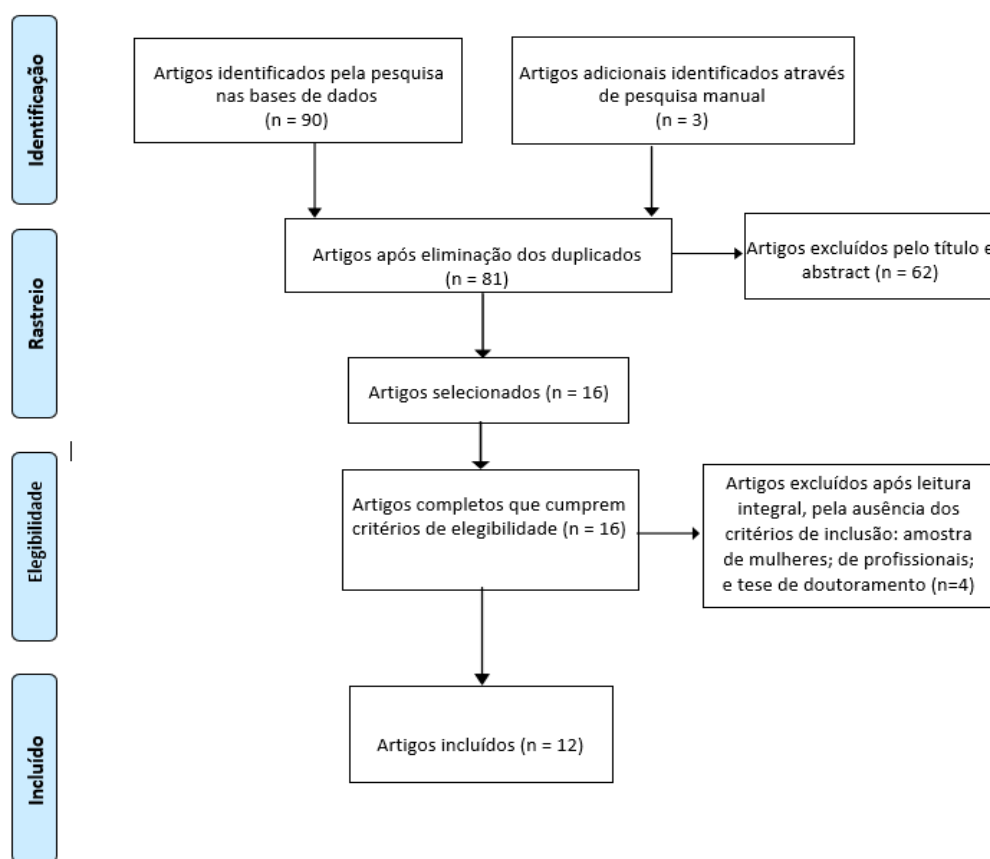
Uma vez formulada a questão de investigação e definida a equação de pesquisa, foram estabelecidos os objetivos a estudar. De forma a reunir a informação mais válida possível, determina-se os critérios de inclusão e exclusão do estudo, para que se possa avançar com as pesquisas nas bases de dados escolhidas.

Os critérios de inclusão englobaram homens em idade adulta, vítimas na intimidade. Os artigos incluídos foram os mais recentes (de 2000 a 2019), devido à inovação do tema. Relativamente à língua, foram incluídos artigos em inglês. Apenas estudos empíricos, independentemente de serem amostras mistas e da orientação sexual dos participantes, foram considerados. Os critérios de exclusão passaram por: língua que não seja inglês, crianças, adolescentes e mulheres, artigos duplicados, artigos mais antigos e teses de mestrado e doutoramento.

A pesquisa nas bases de dados foi realizada independentemente pelo primeiro autor (CM) e depois replicada pela orientadora (AM), em duas fases distintas. Na primeira fase, os

dois autores (CM e AM) avaliaram independentemente os títulos e resumos de todos os estudos identificados (n=93), de forma a analisar quais as referências que seriam relevantes. Todos os resumos que não abordassem a questão de violência doméstica contra homens e a procura de ajuda feita pelos mesmos foram excluídos (n=62). Na segunda fase, os artigos que pareciam relevantes para a revisão foram selecionados para leitura integral (n=16). A seleção dos estudos foi realizada de forma independente pelas 2 autoras, consoante os critérios de inclusão e exclusão definidos anteriormente (n=14). A taxa de concordância entre as duas autoras foi de 86.7%. Ver figura 1.

Figura 1. Flowchart



De seguida, extraíram-se os dados necessários e, por fim, analisaram-se as conclusões dos estudos explorados.

Resultados

Seleção dos estudos

Durante a pesquisa nas bases de dados, foram identificados no total 93 artigos, sendo que, após a remoção dos artigos duplicados ($n=17$), 62 artigos foram excluídos pelo título e pelo resumo dos estudos. Na fase final, apenas 12 foram incluídos na revisão sistemática. As razões para a exclusão destes estudos da revisão sistemática, na primeira fase, incidiram nas palavras chaves dos títulos, pelas informações contidas nos resumos de cada artigo e os seus duplicados ($n=62$). Na segunda fase, após a leitura integral dos estudos selecionados, foram excluídos 4 artigos devido à ausência dos critérios de inclusão desta revisão, tais como: amostra de mulheres e de profissionais; e uma tese de doutoramento. Posto isto, apenas 12 artigos cumpriram os critérios de elegibilidade, como pode verificar-se no fluxograma da figura 1.

Características dos estudos

As características de cada estudo estão expostas na Tabela 1.

Tabela 1. Características dos Estudos

Autor/Ano/Título	País	Participantes	Design/Instrumento	Avaliação da Qualidade (QATSDD)
Ansara & Hindin (2010)	Canadá	N= 1167 (M=471; F=696) Amostra da comunidade.	Análise Quantitativa. Questionário online.	57%
Barrett, Peirone, & Cheung (2019)	Canadá	N=900 (M=39.7) (M=385; F= 515) Amostra da comunidade.	Análise Quantitativa. Questionário online.	52%
Douglas & Hines (2011)	EUA	N=302 (M=40.49) Amostra clínica.	Análise Quantitativa. Questionário online.	88%
Hines, Brown, & Dunning (2007)	EUA	N= 190 (M=41.32) Amostra clínica.	Análise Qualitativa. Entrevistas semi-estruturadas, realizadas por chamada telefónica.	71%
Machado, Matos, & Hines (2016)	Portugal	N= 89 (M=33.62) Amostra da comunidade.	Análise Quantitativa. Questionário online.	81%
Machado, Santos, Graham-Kevan, & Matos (2017)	Portugal	N= 10 (M=51.6) Amostra clínica.	Análise Qualitativa. Entrevista semi-estruturada.	81%
Merrill & Wolfe, (2000)	EUA	N=52 Amostra clínica.	Análise Quantitativa. Questionário online.	60%
Morgan, Williamson, Hester, Jones, & Feder (2014)	Reino Unido	N= 1368 (M=57.5) Amostra clínica.	Design misto – uso simultâneo do método quantitativo (questionário) e qualitativo (entrevista), em fases distintas. Entrevista semi-estruturada, maioria conduzida por telefone.	50%
Tsui, Cheung, & Leung, (2010)	EUA	N= 68 (M=43) (F=49,72%) (M=50,28%) Amostra clínica.	Análise Quantitativa. Questionário online.	62%
Tsui, (2014)	EUA	N=80 (M=43.31) Amostra clínica.	Análise Quantitativa. Questionário online.	79%
Walker et al., (2019)	Austrália	N= 258 (M=40.14) Amostra da comunidade (território australiano, EUA e Canadá).	Método misto. Questionário online e entrevistas semi-estruturadas.	65%
Wallace et al., (2019)	Reino Unido	N= 7 Amostra clínica.	Análise Qualitativa. Entrevista semi-estruturada.	86%

Participantes. Relativamente à amostra, os participantes são homens adultos que estão ou estiveram no passado numa relação de intimidade abusiva e que procuraram algum tipo de ajuda, seja informal ou formal. O número de participantes dos estudos incluídos nesta revisão é 3245 ao todo, sendo que as idades dos participantes variam entre os 18 e os 90 anos ($M = 25,5$). As amostras dos estudos em questão foram recolhidas através de questionários e entrevistas semi estruturadas realizadas aos participantes.

Características gerais. À exceção de três estudos que envolveram amostras mistas, todos os restantes estudos eram constituídos por amostras masculinas. Os estudos selecionados abordam a temática da vitimação na intimidade contra os homens, nomeadamente os tipos de violência, as consequências da vitimação, as formas de procura de ajuda e as suas experiências. Um dos estudos centra-se ainda nas necessidades identificadas por estas vítimas, sendo que, outros estudos abordam as estratégias de coping utilizadas, as razões para permanecerem na relação e não reportarem a violência de que são alvo e também as barreiras encontradas na procura de ajuda.

Método. Os estudos identificados estão escritos em inglês e foram publicados entre 2000-2019. Dentro destes 12 artigos selecionados, sete são estudos quantitativos e três qualitativos. Ainda entre estes 12, apenas dois artigos possuem um design misto. No que diz respeito ao local onde estes estudos foram realizados, cinco decorreram nos Estados Unidos da América, dois no Canadá, dois em Portugal, um na Austrália e dois no Reino Unido.

Características metodológicas. Nesta revisão, como referido anteriormente, estão englobados estudos qualitativos, quantitativos e com design misto. Os estudos qualitativos recolheram os seus dados através de entrevistas semi estruturadas. Quanto aos estudos quantitativos, foram utilizados questionários online, sendo que apenas 4 utilizaram instrumentos psicométricos, tais como *The Barriers to Help-Seeking Scale* (Mansfield, Addis, & Courtenay, 2005), *Revised Conflict Tactics Scale* (Straus, Hamby, Boney-McCoy, & Sugarman, 1996, adaptada por Paiva e Figueiredo, 2006), *Posttraumatic Stress Symptoms Checklist* (Weathers et al., 1993), *Personal and Relationships Profile* (Straus & Mouradian, 1999), *Violent Socialization Scale e Sexual Abuse History Scale* (Straus & Mouradian, 1999). Dois estudos utilizaram escalas construídas pelos autores.

Risco de viés entre os grupos. No que diz respeito às amostras, a maioria constitui amostras de conveniência, sendo que, no geral, todos os estudos dão informações relativas ao processo de exclusão de participantes em cada fase da recolha de dados.

Não são expressas informações relativas a estatísticas significativas no que diz respeito ao tamanho das amostras dos estudos. Os estudos não dividiram os participantes em grupos. Relativamente à recolha de dados, a maioria dos estudos recolheram através de questionários online e outros foram recolhidos em organizações específicas de apoio a vítimas de violência na intimidade.

Risco de viés entre estudos. Foi realizada uma avaliação da qualidade dos estudos selecionados, através da escala *Quality Assessment Tool for Studies with Diverse Designs* (QATSD) (Sirriyeh, Lawton, Gardner, & Armitage, 2011). As pontuações da escala de avaliação demonstram-nos que os estudos selecionados têm uma média de 71% de qualidade, sendo que a pontuação menor de qualidade (50%) corresponde ao estudo de Morgan and colleagues (2014) e a maior (88%) ao estudo de Douglas & Hines (2011). Estas pontuações repercutem o respeito, de cada estudo, pelos critérios de qualidade impostos pela escala (Anexo I).

Resultados dos estudos individuais

Procura de ajuda/serviços. Todos os estudos apresentam os serviços de ajuda a que os participantes recorreram para divulgar a violência de que são/foram alvo pel@s suas/seus parceir@s. Estes serviços foram divididos entre fontes informais, tais como: família, amigos, vizinhos, colegas de trabalho e internet; e fontes formais, a título de exemplo: médicos/enfermeiros, advogados, padres e/ou conselheiros espirituais, centros de crise, linhas de apoio, psicólogos (profissionais de saúde mental), casas de transição, casas de abrigo, centros de homens, grupos de apoio, serviços de apoio a vítimas, polícia, agências de VD, tribunal (sistema de justiça), terapia de casais, programas de apoio à vítima para homens homossexuais, agências HIV, agências para homossexuais, serviços relacionados a abusos de substâncias.

Os estudos indicam que a maior percentagem de participantes recorre primeiramente ao apoio informal, sendo que são mais propensos a divulgar à família e amigos a violência de que são alvo. Por outro lado, psicólogos e polícia parecem ser a ajuda formal mais procurada pelos participantes.

De referir que a maioria dos estudos dizem respeito a homens em relações heterossexuais, à exceção de um estudo que se foca exclusivamente na população homossexual, visto que não foi feita distinção no que diz respeito à orientação sexual dos participantes.

Note-se que alguns estudos (n=4) referem que a maioria dos participantes revelam não ter procurado nenhum tipo de ajuda. Somente três artigos avaliaram apenas a procura de ajuda formal (para mais informação, ver tabela 2).

Tabela 2. Resultados da procura de ajuda

Autor/Ano/Título	Procura de ajuda
Ansara & Hindin (2010)	Maior procura de apoio informal (n= 812); Apoio informal mais procurado: família (n=216), amigos e/ou vizinhos (n=202) e colegas de trabalho (n=112); Apoio formal mais procurado: profissionais de saúde (n=114) e polícia (n=87).
Barrett, Peirone, & Cheung (2019)	42.5% dos homens recorreram ao apoio informal (38.3%); o recurso formal mais procurado foram: psicólogos (16.4%), seguido de advogados (11.7%).
Douglas & Hines (2011)	84.9% procurou apoio informal: amigos (76.7%), pais/familiares (68.9%), apoio online (63.4%) e vizinhos (60.2%). Relativamente ao apoio formal: profissionais de saúde mental (66.2%), polícia (46.3%), agências VD (43.7%), linhas de apoio de VD (23.4%) e profissionais de saúde (18.1%).
Hines, Brown, & Dunning (2007)	Ajuda formal
Machado, Matos, & Hines (2016)	76.4% não procurou ajuda. Apoio informal: amigos (71.4%), família (66.7%), colegas de trabalho (28.6%) e outros indivíduos (9.5%). Apoio formal: profissionais de saúde (57.1%), serviços de apoio à vítima (23.8%), polícia (14.3%), sistema de justiça (14.3%) e aconselhamento legal (14.3%).
Machado, Santos, Graham-Kevan, & Matos (2017)	Ajuda formal e informal
Merrill & Wolfe, (2000)	Fontes de ajuda informal mais procurada: amigos (85%), família (60%), trabalho (50%) e vizinhos (37%). Fontes de ajuda formal mais procurada: psicólogo (75%), programas de VD para homens homossexuais (67%), polícia (65%), grupos de apoio/ajuda (42%).
Morgan, Williamson, Hester, Jones, & Feder (2014)	65% (n=165) não contou a ninguém. 36% (n=92) afirma que partilhou as suas experiências com alguém. Os homens que experienciaram esses comportamentos partilharam mais com amigos (n=48), família (n=36) e de seguida um médico (n=21). 1.3% (n=17) participantes procuraram a polícia e apenas 0.2% (n=3) recorreram a linhas de apoio.
Tsui, Cheung, & Leung, (2010)	23.5% não procura serviços de todo. Ajuda formal: aconselhamento legal (35.3%) e aconselhamento individual (45.6%) são os mais procurados.
Tsui, (2014)	75% dos participantes recorreram a ambas as formas de suporte. 25% (n=20) dos participantes não recorreram aos serviços existentes. Ajuda formal: psicólogos (90%), sistema legal (70%), médicos (45%), abrigos (33.3%), linhas de apoio específicas a homens (25%) e serviços relacionados a abusos de substâncias (18.3%). Ajuda informal procurada por 90% da amostra: amigos – 77.5%, membros da família – 72.5%, internet – 70%
Walker et al., (2019)	Ajuda formal e informal
Wallace et al., (2019)	Ajuda formal

Perceção das experiências de procura de ajuda

Relativamente à ajuda informal, especificamente família e amigos, esta é percecionada, em todos os estudos, como a mais útil, uma vez que é considerada um suporte importante nas suas vidas, sendo este o apoio mais utilizado. Apesar da ajuda informal ser o recurso mais procurado, um dos estudos, de Walker et al., (2019) revela que os participantes confessaram por parte de amigos e família algumas reações menos adequadas ao que experienciaram, referindo que uns sentiram descrença dos familiares/amigos relativa à violência, outros sentiram-se culpabilizados pela violência de que foram alvo pela parceir@, e ainda outros ficaram indiferentes ao exposto. Outro estudo de Morgan et al., (2014) revela-nos também que, apesar de os amigos serem a opção mais escolhida para divulgar a violência, muitos participantes expressaram dificuldades em expor os seus problemas pessoais à família/amigos, sendo que amigos do sexo masculino são o público menos confortável para revelar a sua vitimação.

No que diz respeito à ajuda formal, todos os estudos são unânimes: este tipo de ajuda não é percecionado como útil (e.g., Douglas & Hines, 2011; Hines et al., 2007; Machado et al., 2016; Machado et al., 2017; Tsui et al., 2010; Tsui, 2014; Walker et al., 2019; Wallace et al., 2019). A maioria revela que os homens vítimas são revitimizados pelo sistema (polícia e sistema legal), tendo sido alvo de crenças erróneas por parte do sistema formal (e.g., os homens não podem ser vítimas de mulheres numa relação íntima, não lhes sendo dada a oportunidade de expor a sua versão dos acontecimentos por serem homens, considerando que estes serviços estão, desta forma, enviesados - estereótipos de género). Muitos são rejeitados e mandados embora, outros ridicularizados e até mesmo acusados de serem o verdadeiro agressor da relação. Consequência desta última, são enviados para programas de agressores, sendo em alguns casos retirados os filhos das vítimas (Hines et al., 2007; Machado et al., 2017; Wallace et al., 2019).

Apesar destes resultados, foi possível verificar em alguns estudos (Douglas & Hines, 2011; Machado et al., 2016; Machado et al., 2017, Tsui, 2014) que a ajuda formal percecionada com maior utilidade para os homens vítimas envolve profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) referindo que são ouvidos e apoiados, sem julgamentos, apesar de apenas receitarem medicação para os sintomas. O segundo recurso apontado como mais útil são os profissionais de saúde mental (Douglas & Hines, 2011; Merrill & Wolfe, 2000; Tsui et al., 2010; Tsui, 2014; Wallace et al., 2019).

No que diz respeito a agências de apoio à vítima, linhas de apoio, casas de abrigo, entre outros, revelam que não prestam serviço suficiente a homens. Embora a maioria dos estudos

tenham revelado a insuficiência de resposta destes serviços, o estudo de Wallace et al., (2019) revela experiências positivas com os técnicos dos serviços de violência doméstica: os homens vítimas sentiram-se ajudados, afirmando que fez diferença nas suas vidas, estando agradecidos aos técnicos por se terem sentido reconhecidos pela ajuda que precisavam e validados no que respeita às suas experiências e ao que sentiam. A polícia é, em todos os estudos, o recurso que não é útil de todo, sendo revitimizados e maltratados pelas forças de segurança.

Relativamente a agências de VD, linhas de apoio, serviços de apoio à vítima, casas de abrigo, entre outros, a maioria dos estudos (e.g., Douglas & Hines, 2011; Machado et al., 2016; Machado et al., 2017; Tsui et al., 2010; Tsui, 2014), na perceção dos homens, revelam igualmente que não prestam serviço útil. Embora a maioria dos estudos tenham revelado a insuficiência de resposta destes serviços, o estudo de Wallace et al., (2019) revela experiências positivas com os técnicos dos serviços de violência doméstica: os homens vítimas sentiram-se ajudados, afirmando que fez diferença nas suas vidas, estando agradecidos aos técnicos por se terem sentido reconhecidos pela ajuda que precisavam e validados no que respeita às suas experiências e ao que sentiam.

Psicologicamente, estas experiências negativas e a não resposta do sistema causa grande frustração nas vítimas, contribuindo para o seu isolamento social, sentimento de invisibilidade por serem ignorados pelo sistema, e permanência nas relações íntimas violentas (Hines et al., 2007). Ver tabela 3.

Tabela 3. Resultados da avaliação da ajuda

Autor/Ano/ Título	Avaliação da ajuda
Douglas & Hines (2011)	Apoio informal foi o mais útil (90%); Apoio formal: profissionais de saúde (78.4%) e profissionais de saúde mental (70.6%) considerado como úteis. Polícia (44%), agências VD (44.8%) e linhas de apoio online (31.4%) não foram consideradas úteis. Apenas 25-33% perceberam como úteis as linhas de apoio e agências de VD.
Hines, Brown, & Dunning (2007)	Ajuda formal não é considerada útil. Além disso, os participantes mencionam ter sido revitimizados pelo sistema (ex., não consideram os homens como vítimas; são mandados embora/recusados; são gozados e acusados de serem o agressor; são enviados para programas de agressores e são-lhes retirados os filhos). A procura repetida de serviços de ajuda e a resposta negativa leva a uma grande frustração.
Machado, Matos, & Hines (2016)	Apoio informal mais útil: amigos (77.8%) e família (70.6%). Apoio formal mais útil: profissionais de saúde (50.0%) Apoio formal pouco ou nada útil: aconselhamento legal (28.6%); serviços de apoio à vítima, polícia e sistema de justiça (0%).
Machado, Santos, Graham-Kevan, & Matos (2017)	Participantes procuraram mais ajuda formal do que ajuda informal. Apoio informal considerado como um suporte importante. Apoio formal relatado como nada útil: Ridicularizados pela polícia; alvo de estereótipos de género no sistema judicial; os serviços sociais foram percebidos como enviesados, sendo tratados como o agressor; o sistema de saúde apenas prescreve medicação, no entanto foi a ajuda formal considerada mais útil no sentido em que não foram julgados e foram ouvidos e apoiados.
Merrill & Wolfe, (2000)	Recursos percebidos como mais úteis: programas de VD para homossexuais (100%), agências HIV (100%), outras agências sociais (100%), agências para homossexuais (94%), grupos de apoio/ajuda (91%), psicólogo (90%), amigos (82%), polícia (61%) e família (61%). Recursos percebidos como menos úteis: amigos do parceiro (73%), família do parceiro (71%), vizinhos (63%), serviços VD para mulheres (60%), amigos em comum (55%) e terapia de casal (50%).
Morgan, Williamson, Hester, Jones, & Feder (2014)	Os resultados demonstram que, apesar de os homens falarem mais com pessoas chegadas, muitos expressaram dificuldades em falar sobre problemas pessoais a família e amigos. Amigos do sexo masculino são o público menos confortável de revelarem a sua situação, no entanto são a opção mais escolhida.
Tsui, Cheung, & Leung, (2010)	Aconselhamento individual (77.9%), aconselhamento legal (70.6%) e linhas telefónicas (58.8%) foram os percebidos como mais úteis. Aconselhamento em grupo (5.9%) e partilha pela internet (4.4%) são os menos usados pela falta disponibilidade; Terapia de casal (2.52%), aconselhamento em grupo (2.16%) e abrigos (1.82%) não foram percebidos como úteis.
Tsui, (2014)	<u>Relativamente aos serviços</u> - Numa escala de 1 a 5, os serviços classificados como mais úteis: serviços relacionados a abusos de substâncias – 2.83; psicólogos – 2.7; sistema legal e linhas de apoio a homens – 2.33; médicos . 2.21; abrigos – 1.9 <u>Relativamente aos técnicos</u> - Numa escala de 1 a 5, os mais úteis foram: amigos – 3.63; internet – 3.5; família – 3.41; profissionais de saúde mental – 2.96; médicos – 2.87; religiosos/espirituais – 2.6; polícia – 1.68
Walker et al., (2019)	Os participantes sentiram que o apoio não foi útil: não deram resposta adequada, desconfiaram dos seus relatos e foram ridicularizados. Apesar da ajuda informal ser a mais procurada e sentirem mais suporte neste recurso, alguns participantes revelaram algumas reações menos adequadas, tais como descrença, culpabilização da vítima e indiferença relativa ao abuso.
Wallace et al., (2019)	Experiências com a polícia foram negativas: não foram ouvidos, foram desacreditados, ameaçados, presos injustamente, acusados de serem o agressor. Sentiram-se ignorados, invisíveis, isolados e insignificantes. Experiências positivas com os técnicos dos serviços de violência doméstica: sentiram-se ajudados, que fez diferença nas suas vidas, agradecidos, reconhecidos, validados e ajudados na reconhecer a ajuda que precisavam.

Discussão

Este estudo acrescenta conhecimento à literatura já existente sobre homens vítimas de violência nas suas relações íntimas, na medida em que sistematiza a evidência científica disponível sobre a temática, sugerindo várias recomendações e/ou implicações práticas que podem ser importantes para a melhoria dos serviços que existem para as vítimas masculinas.

No que diz respeito à procura de ajuda, tendo em conta os estudos, os homens procuraram maioritariamente a ajuda informal, sendo a ajuda formal menos procurada ($n=3$) quando em comparação com a informal ($n=9$). A ajuda informal foi considerada pelas vítimas como a mais útil (e.g., Ansara & Hindin, 2019; Barrett et al., 2019; Douglas & Hines, 2011; Machado et al., 2016; Machado et al., 2017; Merrill & Wolfe, 2000; Morgan et al., 2014; Tsui, 2014; Walker et al., 2019). No entanto, embora seja a mais procurada e avaliada positivamente pelas vítimas, Walker et al. (2019) expõem que as famílias dos homens vítimas não estão instruídas quanto a este tipo de violência, evidenciando, por vezes, reações desadequadas (e.g., descrença relativamente à vitimação, culpabilização das vítimas, bem como indiferença à situação). Outro dado importante indicado por Morgan et al. (2014) reflete sobre o facto de alguns homens confessarem um certo desconforto aquando a divulgação da violência, o que nos transmite a ideia de que é necessário também apostar na sensibilização, diretamente para as vítimas masculinas.

Por outro lado, a polícia e os profissionais de saúde mental foram o tipo de ajuda formal mais procurada pelas vítimas (e.g., Ansara & Hindin, 2010; Barrett et al., 2019; Douglas & Hines, 2011; Machado et al., 2016; Tsui, 2014). No entanto, apesar de a polícia ser um dos recursos formais mais solicitados, esta resposta não é considerada como útil (e.g., Douglas & Hines, 2011; Hines et al., 2007; Machado et al., 2016; Machado et al., 2017; Tsui, 2014; Walker et al., 2019; Wallace et al., 2019). Os profissionais de saúde (médicos e enfermeiros), dentro das respostas formais, parecem ser os mais úteis, relatando experiências positivas de validação e apoio emocional (e.g., Douglas & Hines, 2011; Machado et al., 2016; Machado et al., 2017; Tsui, 2014), seguidos dos psicólogos, que se constituem como o segundo recurso mais eficaz para estas vítimas (e.g., Douglas & Hines, 2011; Merrill & Wolfe, 2000; Tsui et al., 2010; Tsui, 2014).

O sistema legal e a polícia foram relatados pelos participantes como não tendo utilidade face ao que estavam a passar, revelando experiências de revitimização pelo sistema, nomeadamente discriminação devido aos estereótipos enraizados no sistema formal, sendo rejeitados, ridicularizados e acusados de serem os reais agressores (e.g., Hines et al., 2007;

Machado et al., 2016; Machado et al., 2017; Walker et al., 2019; Wallace et al., 2019). No que concerne aos outros dispositivos de apoio formais estudados (linhas de apoio, casas de abrigo, grupos de apoio, entre outros), embora haja registo de experiências positivas com os técnicos (Wallace et al., 2019), as instituições em si não foram consideradas úteis (e.g., Douglas & Hines, 2011; Machado et al., 2016; Tsui et al., 2010; Tsui, 2014).

Estes resultados corroboram a literatura apresentada na introdução deste estudo: os países analisados, nomeadamente EUA, Reino Unido, Austrália, Canadá e Portugal, demonstram-nos que o sistema e os serviços de apoio não estão preparados adequadamente para receber vítimas masculinas de VI, que, por sua vez, são ainda bastante estigmatizadas socialmente, sendo que o conhecimento desta temática não está ainda disseminado apropriadamente na sociedade (Machado et al., 2016). Importante ressaltar que apenas foram encontrados estudos nos países indicados acima, o que nos leva a refletir que, noutros países não existem sequer respostas orientadas para homens. Este apresenta-se como um fator preocupante, revelando que a insatisfação dos homens vítimas e a resposta inadequada dos serviços é comum nos vários países estudados, mantendo-se a coerência da percepção negativa dos serviços de ajuda. É importante ainda ressaltar que os estudos foram realizados em vários anos (entre 2000-2019), observando-se a mesma tendência de percepções negativas, ao longo deste período de tempo.

Douglas e Hines (2011) afirmam que, se por um lado, as experiências positivas aquando da procura de ajuda se apresentam como um fator protetor para a saúde mental destas vítimas, por outro lado, as experiências negativas podem ser traumatizantes neste tipo de situações, daí a urgência de intervenção neste campo. As experiências negativas relatadas pelos participantes com o sistema parecem estar associadas com os estereótipos de género que afetam a sociedade e, consequentemente, estes serviços (McCarrick et al., 2016). Verifica-se pela literatura que não é apenas a sociedade e os profissionais dos serviços que são influenciados pelos estereótipos sociais de género existentes. Apurou-se que, algumas das vítimas são também, de alguma forma, influenciadas por estas percepções sociais, acreditando estas que apenas as mulheres podem ser vítimas na intimidade (Walker et al., 2019), justificando assim a taxa de denúncia e procura de ajuda mais baixas quando comparado com o sexo feminino. É indispensável que os homens vítimas saibam que é aceitável pedir ajuda, sem a influência de estereótipos e estigmas adjacentes ao processo (Wallace et al., 2018).

Além dos estereótipos, Barret et al. (2019) acrescentam que as barreiras de procura de ajuda não representam o único fator de desproporcionalidade nas taxas de prevalência de

divulgação dos homens. Estes autores demonstram, no seu estudo, que as vítimas que não divulgam, não experienciam níveis de severidade proporcionais aos restantes, sendo que este fator deve ser um alerta para os profissionais de que, quando homens pedem ajuda, vivenciam um nível de perigo mais iminente que outros (Barret et al., 2019; Tsui et al., 2010). Outra conclusão deste estudo indica que geralmente estes homens só procuram ajuda quando a violência já escalou até ao nível de perigo, sendo que esta severidade vai ser determinante, não só na procura de ajuda, mas também no tipo de ajuda que é procurada (Barret et al., 2019).

Além disto, por serem considerados vítimas inaceitáveis (George, 1994; Kimmel, 2002; Machado et al., 2016), a maioria dos homens não procuram ajuda devido às barreiras sociais e barreiras internas como a sua masculinidade e a vergonha de serem vítimas (Cheung et al., 2009; Machado et al., 2016; Tsui et al., 2010). Consequentemente, não reportam a violência por sentirem que ninguém de fora os pode auxiliar. Neste sentido, como um dos resultados desta revisão, é importante referir que há vítimas que não procuraram nenhum tipo de ajuda (e.g., Machado et al., 2016; Morgan et al., 2014; Tsui et al., 2010; Tsui, 2014), o que se traduz num dado preocupante. Assim, ao longo do tempo, vão relativizando a violência e escondem e/ou negam aos outros que são vítimas (Tsui et al., 2010).

Desta forma, e como referido anteriormente, é essencial o acesso fácil a estas informações e conhecimento acerca desta temática através de campanhas de sensibilização. Acrescenta-se, então, a necessidade de estes homens precisarem de apoio emocional (ter alguém de confiança com quem falar, ausência de críticas e discriminação, bem como de uma necessidade mais técnica, de apoio psicológico e apoio social (habitação, transportes, ajuda monetária) (Barret et al., 2019). Não obstante, os dados analisados acrescentam ainda a necessidade de serem desenvolvidos serviços especializados especificamente para esta população, bem como informação sobre os serviços existentes, sendo que estes devem estar disponíveis e de fácil acesso (Barret et al., 2019). Este resultado valida a informação referida anteriormente: será mais exequível para estas vítimas revelarem a violência de que são alvo, se tiverem conhecimento sobre estas informações e sentirem que são apoiados nesses serviços, caso contrário, esta ajuda não é suficiente (Machado et al., 2016).

Prova desta ideia de que a vitimização masculina não é reconhecida nem legitimizada devido ao seu sexo, as mulheres perpetradoras da VI utilizam esse preconceito como sua vantagem no sistema de justiça para que sejam estas consideradas as vítimas e não os homens – abuso administrativo e legal (Bates, 2019). Estes autores asseguram que muitas das perpetradoras deste crime usam as crianças como meio de controlo da vítima, tornando-se estas

vítimas secundárias ao assistirem à violência e serem utilizadas como arma contra o progenitor. Walker et al (2019) reafirmam esta informação, defendendo que a alienação parental é também considerada uma forma de violência para com as vítimas. Ambos os estudos (Bates, 2019; Walker et al, 2019) concordam com a necessidade de estudar estas experiências nas crianças e sobre como este tipo de vitimização as afeta.

Limitações

Apesar dos pertinentes contributos deste estudo, existem limitações inerentes ao mesmo. A maioria dos estudos selecionados englobam amostras recolhidas online. Isto significa que amostras de conveniência podem não ser representativas da população em geral. Posto este facto, seria necessário existirem amostras mais ricas e heterogéneas. Outro ponto importante foca-se no tamanho da amostra: para obter resultados ainda mais coerentes, seria necessário haver mais estudos sobre esta temática, para que se pudesse aprofundar e enriquecer a informação encontrada neste sentido. Além disso, o idioma dos estudos considera-se uma limitação pois só foram selecionados estudos em inglês.

Outra limitação deste estudo prende-se no facto de alguns autores de certos estudos desta revisão terem utilizado escalas de avaliação especificamente construídas para o estudo em questão, com o fim de chegar aos resultados por eles propostos. Neste sentido, pode apresentar-se como uma limitação, uma vez que existe ausência de uma revisão científica e validação da sua eficácia para o tema em questão.

Por fim, para chegar a resultados mais específicos e objetivos, teria sido importante conhecer se a violência era ou não bidirecional, o que não foi abordado pelos estudos selecionados, sendo que seria importante para melhor perceber as dinâmicas existentes e se estas poderiam ou não influenciar a procura de ajuda.

Recomendações e implicações

Todos os serviços de apoio devem apresentar um ambiente terapêutico e um espaço seguro, que permita às vítimas abordarem o que estão a sentir e experienciar (McCarrick et al., 2016), mas nem sempre os serviços existentes tem a capacidade de ajudar ou proteger estas vítimas (e.g., Tsui et al., 2010; Wallace et al., 2018). Wallace et al. (2019) sugerem diversas recomendações pertinentes para os serviços e os seus profissionais. É essencial apostar em

campanhas de prevenção e sensibilização, para que os homens sejam vistos e considerados pela sociedade, uma vez que, as campanhas existentes focam-se apenas em mulheres, alimentando desta forma o estigma, sendo que a sensibilização deveria ser inclusiva. Estes serviços têm a obrigação de responder diretamente às necessidades destas vítimas, para que elas recebam o apoio emocional necessário, sem que sintam o peso dos estereótipos sociais da masculinidade (McCarrick et al., 2016). Neste sentido, será essencial que os serviços formais adotem uma abordagem neutra e informada, que defenda a realidade que tanto homens como mulheres podem ser vítimas e/ou agressores na intimidade e que não obedeça a critérios feministas que influenciam a sociedade e que impõem barreiras a homens vítimas nos seus relacionamentos íntimos (McCarrick et al., 2016; Machado et al., 2016). De igual forma, introduzir este tipo de abordagem sensibiliza os profissionais para esta situação e os obstáculos experienciados por estas vítimas (Machado et al., 2016). Desta forma, é importante investir nos técnicos no terreno, nomeadamente na formação de profissionais, a título de exemplo, polícias, técnicos de apoio à vítima, psicólogos, profissionais de saúde e de justiça, i.e., todos os profissionais do sistema que estão envolvidos no processo e têm um papel fundamental, sensibilizando-os para as necessidades e impacto que a VI tem nos homens vítimas, para que lhes possam prestar um melhor auxílio (Douglas e Hines, 2011; Tsui, 2014).

Salienta-se ainda a importância de educar a sociedade no que diz respeito ao reconhecimento de sinais de violência e como estes podem assegurar a sua segurança (Barret et al., 2019). De acordo com os resultados do presente estudo, esta educação social pode contribuir, não só para que homens consigam reconhecer-se como vítimas, mas também para uma reação mais positiva por parte da família (visto que estes são percecionados como a ajuda mais procurada e mais útil) para que as vítimas não sejam constrangidas a aceitar a violência e a permanecer nas relações abusivas (Anderson et al., 2003; Barret et al., 2019; Beaulaurier et al., 2007; Raj & Silverman, 2007). Visto que os resultados nos demonstram que é mais provável que as vítimas procurem ajuda informal, urge-se a necessidade de educação do público em geral para que estes possam ser solidários e ágeis aquando a divulgação da violência (Barret et al., 2019).

Douglas e Hines (2011) propõem também explorar os conteúdos das ciências sociais, a fim de educar os futuros profissionais sobre as experiências e dinâmicas (incluindo o mesmo género como vítima ou agressor), para que desempenhem um melhor trabalho no que diz respeito à validação das experiências e a assistência necessária às vítimas no terreno e

inspecionar os departamentos das forças de segurança no que respeita à maneira como respondem e lidam com este tipo de vítimas (influência dos esterótipos de género).

Machado et al., (2016, 2018) consideram como aposta nesta área investir em serviços de apoio online a homens vítimas de VI. Este tipo de apoio e intervenção acrescenta outras vantagens no que respeita à vitimização masculina, uma vez que os ajuda a quebrar o silêncio da violência e aumenta a probabilidade de procura de ajuda, visto que não há tanta probabilidade de exposição, podendo desta forma garantir o anonimato das vítimas.

Outra implicação no terreno importante é a necessidade de um instrumento de avaliação de risco específico para homens em contextos de serviços de apoio (Drijber et al., 2013; Mills et al., 2006; Perryman & Appleton, 2016). Verifica-se esta necessidade, uma vez que o público-alvo dos instrumentos de avaliação de risco nos serviços de apoio são maioritariamente produzidos para mulheres e crianças (Drijber et al., 2013; Feldhaus et al., 1997; Lo Fo Wong et al., 2006; Straus, 1979; Straus et al., 1996). Este instrumento seria essencial pois ajudaria os profissionais a calcular o risco em que as vítimas se encontram e, consequentemente, prestar-lhes um auxílio mais adequado (Mills et al., 2006; Perryman & Appleton, 2016).

Conclusão

Em síntese, já são conhecidas as barreiras e dificuldades experienciadas pelas vítimas e as consequências e efeitos psicológicos da violência praticada contra os homens na intimidade. Posto isto, e tendo conhecimento das dinâmicas e circunstâncias em que os homens procuram ajuda, esta tem que estar disponível e ser útil para os mesmos, servindo assim o seu propósito. Detetou-se neste estudo que tal não acontece, sendo que as vítimas recorrem mais aos recursos informais devido a não serem bem-recebidos pelos serviços formais, pelo que a urgência de intervenção neste campo não deve mais ser adiada.

Neste sentido, as grandes apostas de intervenção neste campo deveriam incidir na formação de profissionais de primeira linha, na prevenção primária e secundária este fenómeno e, por fim, nas campanhas de alerta e sensibilização direcionadas especialmente a três tipos de população: sociedade em geral, familiares/amigos dos homens, e por fim, especificamente às vítimas masculinas.

Fontes de Financiamento

O presente estudo não foi suportado por nenhum subsídio ou bolsa.

Referências

- Afifi, T., Macmillan, H., Cox, B., & Asmundson, G. (2009). Mental Health correlates of intimate partner violence in marital relationships in a nationally representative sample of males and females. *Journal of Interpersonal Violence*, 24, 1398-1418.
<https://doi.org/10.1177/0886260508322192>
- Anderson, M. A., Gillig, P. M., Sitaker, M., Closkey, K., Malloy, K., & Grigsby, N. (2003). “Why doesn’t she just leave?” A descriptive study of victim reported impediments to her safety. *Journal of Family Violence*, 18, 151-155.
<https://doi.org/10.1023/A.1023564404773>
- Ansara, D. L., & Hindin, M. J. (2010). Formal and informal help-seeking associated with women’s and men’s experiences of intimate partner violence in Canada. *Social Science & Medicine*, 70, 1011-1018. <http://doi:10.1016/j.socscimed.2009.12.009>
- APAV (2017). APAV (Website). Retirado de https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/estatisticas-apav
- Barber, C. F. (2008). Domestic Violence against men. *Nursing Standard*, 22 (51), 35-39.
<https://search.proquest.com/openview/dd3f457235b1b4c95e40d4aa107b3c42/1?pq-origsite=gscholar&cbl=30130>
- Barrett, B. J., Peirone, A., & Cheung, C. H. (2019). Help Seeking of Survivors of Intimate Partner Violence in Canada: The Role of Gender, Violence Severity, and Social Belonging. *Journal of Family Violence*, 35, 15-28. <http://doi:10.1007/s10896-019-00086-8>
- Bates, E. A. (2019). “No one would ever believe me”: An exploration of the impact of intimate partner violence victimization on men. *Psychology of Men & Masculinities*. Advance online publication. <http://doi.org/10.1037/men0000206>

- Beaulaurier, R. L., Seff, L. R., Newmann, F. L., & Dunlop, B. (2007). External barriers to help seeking for older women who experience intimate partner violence. *Journal of Family Violence*, 22, 747-755. <https://doi.org/10.1007/s10896-007-9122-y>.
- Black, M. C., Basile, K. C., Breiding, M. J., Smith, S. G., Walters, M. L., Merrick, M. T., Chen, J., & Stevens, M. R. (2011). *National Intimate Partner and sexual violence survey: 2010 Summary Report*. Atlanta: National Center for Injury Prevention and Control, Centers For Disease Control and Prevention.
- Breiding, M., Chen, J., & Black, M. (2014). *Intimate partner violence in the United States – 2010*. Atlanta, GA: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention. Retirado de <https://stacks.cdc.gov/view/cdc/21961>
- Brown, G. A. (2004). Gender as a factor in the response of the law-enforcement system to violence against partners. *Sexuality and Culture*, 8(3-4), 3-139. Retirado de <https://link.springer.com/article/10.1007/s12119-004-1000-7>
- Coker, A. L., Dvais, K. E., Arias, I., Desai, S., Sanderson, M., Brandt, H. M., & Smith, P. H. (2002). Physical and mental health effects of intimate partner violence for men and women. *American Journal of Preventative Medicine*, 23, 260-268. [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(02\)00514-7](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(02)00514-7)
- Cook, P. (2009). *Abused men: The hidden side of domestic violence* (2nd ed.). Westport: Praeger.
- Direcção-Geral de Administração Interna (2019). (Website). *Violência doméstica*. Relatório Anual de Monitorização do ano 2018. Retirado de https://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Documents/RelVD_2018.pdf
- Donato, H., & Donato, M. (2019). Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática. *Acta Médica Portuguesa*, 32, 227-235. <https://doi.org/10.20344/amp.11923>

- Douglas, E. M., & Hines, D. A., (2011). The Helpseeking Experiences of Men Who Sustain Intimate Partner Violence: An Overlooked Population and Implications for Practice. *Journal of Family Violence*, 26, 473-485. <http://doi:10.1007/s10896-011-9382-4>
- Drijber, B. C., Reijnders, U. J., & Ceelen, M. (2013). Male victims of domestic violence. *Journal of Family Violence*, 28, 173-178. <http://doi:10.1007/s10896-012-9482-9>
- Dutton, D. G., & Nicholls, T. L. (2005). The gender paradigm in domestic violence research and theory: Part 1—The conflict of theory and data. *Aggression and Violent Behavior*, 10, 680-714. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2005.02.001>
- Dutton, D. G., & White, K. R. (2013). Male victims of domestic violence. *New male studies: An international journal*, 2(1), 5-17.
<http://ukfamilylawreform.co.uk/docs/malevictimsfvdvbydutton2013.pdf>
- Eckstein, J. (2011). Reasons for staying in intimately violent relationships: Comparisons of men and women and messages communicated to self and others. *Journal of Family Violence*, 26, 21-30. <http://dx.doi.org/10.1007/s10896-010-9338-0>
- Espinoza, R. C., & Warner, D. (2016). Where do we go from here?: Examining intimate partner violence by bringing male victims, female perpetrators, and psychological sciences into the fold. *Journal of Family Violence*, 31, 959-966.
<http://doi:10.1007/s10896-016-9881-4>
- Feldhaus, K. M., Koziol-McLain, J., Amsbury, H. L., Lowenstein, S. R., & Abbott, J. T. (1997). Accuracy of 3 brief screening questions for detecting partner violence in the emergency department. *The Journal of the American Medical Association*, 277, 1357-1361. <https://doi:10.1001/jama.1997.03540410035027>
- Felson, R. B., & Feld, S. L. (2009). When a man hits a woman: Moral evaluations and reporting violence to the police. *Aggressive Behavior: Official Journal of the*

International Society for Research on Aggression, 35, 477-488.

<https://doi.org/10.1002/ab.20323>

George, M. J. (1994). Riding the donkey backwards: Men as the unacceptable victims of marital violence. *The Journal of Men's Studies*, 3, 137-159.

<https://doi.org/10.1177/106082659400300203>

Hamberger, L. (2005). Men's and women's use of intimate partner violence in clinical samples: Toward a gender-sensitive analysis. *Violence and Victims*, 20, 131-151.

<http://dx.doi.org/10.1891/0886-6708.2005.20.2.131>

Hines, D. A. (2007). Posttraumatic stress symptoms among men who sustain partner violence:

An international multisite study of university students. *Psychology of Men &*

Masculinity, 8, 225-239. <https://doi.org/10.1037/1524-9220.8.4.225>

Hines, D. A., & Douglas, E. M. (2010a). A Closer Look at Men Who Sustain Intimate

Terrorism by Women. *Partner Abuse*, 1, 286-313. <http://doi:10.1891/1946-6560.1.3.286>

Hines, D. A., & Douglas, E. M. (2010b). Intimate Terrorism by Women Towards Men: Does

it Exist?. *Journal of Aggression, Conflict and Peace Research*, 2, 36-56.

<http://doi:10.5042/jacpr.2010.0335>

Hines, D. A., Brown, J., & Dunning, E. (2007). Characteristics of Callers to the Domestic

Abuse Helpline for Men. *Journal of Family Violence*, 22, 63-72.

<http://doi:10.1007/s10896-006-9052-0>

Houry, D., Rhodes, K. V., Kemball, R. S., Click, L., Cerulli, C., McNutt, L. A., & Kaslow, N.

J. (2008). Differences in female and male victims and perpetrators of partner violence

with respect to WEB scores. *Journal of Interpersonal Violence*, 23, 1041-1055.

<https://doi.org/10.1177/0886260507313969>

Huntley, A. L., Potter, L., Williamson, E., Malpass, A., Szilassy, E., & Feder, G. (2019).

Help-seeking by male victims of domestic violence and abuse (DVA): A systematic

review and qualitative evidence synthesis. *British Medical Journal*, 9, 1-12.

<http://doi:10.1136/bmjopen-2018-021960>.

Johnson, M. P. (1995). Patriarchal terrorism and common couple violence: Two forms of violence against women. *Journal of Marriage and the Family*, 57, 283-294.

<http://doi:10.2307/353683>

Kernsmith, P. (2005). Exerting power or striking back: A gendered comparison of motivations for domestic violence perpetration. *Violence and Victims*, 20, 173-185.

<http://dx.doi.org/10.1891/088667005780905605>

Kimmel, M. (2002). "Gender symmetry" in domestic violence: A substantive and methodological research review. *Violence Against Women*, 8, 1332-1364.

<http://dx.doi.org/10.1177/107780102237407>

Lagartixa, I. D. M. (2017). *Atitudes e estereótipos face à violência entre parceiros íntimos: comparação entre o homem e a mulher enquanto vítimas e agressores* (Tese de Mestrado, Universidade de Évora). Retirado de

<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/21948/1/Mestrado%20-%20Psicologia%20-%20Psicologia%20Cl%3adnica%20-%20Irene%20Diana%20Martins%20Lagartixa%20-%20Atitudes%20e%20estere%3b3tipos%20face%20%c3%a0%20viol%3aancia%20entre%20parceiros%20%c3%adntimos....pdf>

Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J. P., ... & Moher, D. (2009). The PRISMA Statement for Reporting Systematic Reviews and Meta-analyses of Studies That Evaluate Health Care Interventions: Explanation and Elaboration. *Annals of Internal Medicine*, 151, W-63. <http://doi:10.11.689.2699>

Wong, S. L. F., Wester, F., Mol, S. S., & Lagro-Janssen, T. L. (2006). Increased awareness of intimate partner abuse after training: A randomised controlled trial. *British Journal of General Practice*, 56(525), 249-257. <https://bjgp.org/content/56/525/249.short>

- Lysova, A., Hanson, K., Dixon, L., Douglas, E., Hines, D. A., & Celi, E. M. (2020). Internal and External Barriers to Help Seeking: Voices of Men Who Experienced Abuse in the Intimate Relationships. *Internal Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 1-22. <http://doi:10.1177/0306624X20919710>
- Machado, A. (2016). *Intimate partner violence against men: From characteristics to their meanings* (Doctoral Dissertation, Universidade do Minho). Retirado de [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/42585/1/Andreia%20Patr%C3%ADCIA%20Guimar%C3%A3ES%20Machado.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/42585/1/Andreia%20Patr%C3%ADcia%20Guimar%C3%A3es%20Machado.pdf)
- Machado, A., Hines, D., & Matos, M. (2016). Help-Seeking and Needs of Male Victims of Intimate Partner Violence in Portugal. *Psychology of Men & Masculinity*, 17, 255-264. <http://doi:10.1037/men0000013>
- Machado, A., Hines, D., & Matos, M. (2018). Characteristics of Intimate Partner Violence Victimization Experienced by a Sample of Portuguese Men. *Violence and Victims*, 33, 157-175. <http://doi:10.1891/0886-6708.33.1.157>
- Machado, A., Santos, A., Graham-Kevan, N., & Matos, M. (2017). Exploring Help Seeking Experiences of Male Victims of Female Perpetrators of IPV. *Journal of Family Violence*, 32, 513-523. <http://doi:10.1007/s10896-016-9853-8>
- ManKind Initiative (2020). *Statistics on Male Victims of Domestic Abuse* (Website). Retirado de <https://www.mankind.org.uk/statistics/statistics-on-male-victims-of-domestic-abuse/>
- Martin, L. A., Neighbors, H. W., & Griffith, D. M. (2013). The experience of symptoms of depression in men vs women: analysis of the National Comorbidity Survey Replication. *The Journal of the American Medical Association*, 70, 1100-1106. doi:10.1001/jamapsychiatry.2013.1985

- McCarrick, J., Davis-McCabe, C., & Hirst-Winthrop, S. (2016). Men's experiences of the criminal justice system following female perpetrated intimate partner violence. *Journal of Family Violence*, 31, 203-213. <http://doi:10.1007/s10896-015-9749-z>
- McNeely, R. L., Cook, P. W., & Torres, J. B. (2001). Is domestic violence a gender issue, or a human issue?. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 4, 227-251. https://doi.org/10.1300/J137v04n04_02
- Merrill, G. S., & Wolfe, V.A. (2000). Battered gay men: An exploration of abuse, help seeking, and why they stay. *Journal of Homosexuality*, 39, 1-30. http://doi:10.1300/J082v39n02_01
- Migliaccio, T. A. (2001). Marginalizing the battered male. *The Journal of Men's Studies*, 9, 205-226. <https://doi.org/10.3149/jms.0902.205>
- Mills, T. J., Avegno, J. L., & Haydel, M. J. (2006). Male victims of partner violence: prevalence and accuracy of screening tools. *The Journal of Emergency Medicine*, 31, 447-452. <https://doi.org/10.1016/j.jemermed.2005.12.029>
- Mooney, J. (2000). Gender, violence and the social order. *Palgrave Macmillan* (1st ed.). [doi:10.1057/9780230597396](https://doi.org/10.1057/9780230597396)
- Morgan, K., Williamson, E., Hester, M., Jones, S., & Feder, G. (2014). Asking men about domestic violence and abuse in a family medicine context: Help seeking and views on the general practitioner role. *Aggression and Violent Behavior*, 19, 637-642. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2014.09.008>
- Morgan, W., & Wells, M. (2016). 'It's deemed unmanly': men's experiences of intimate partner violence (IPV). *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 27, 404-418. <https://doi.org/10.1080/14789949.2015.1127986>

- Olson, L. & Lloyd, S. (2005). "It depends on what you mean by starting": An exploration of how women define initiation of aggression and their motives for behaving aggressively. *Sex Roles*, 53, 603-617. <http://dx.doi.org.10.1007/s11199-005-7145-5>
- Perryman, S. M., & Appleton, J. (2016). Male victims of domestic abuse: Implications for health visiting practice. *Journal of Research in Nursing*, 21, 386-414. <http://doi:10.1177/1744987116653785>
- Prospero, M. (2007). Mental health symptoms among male victims of partner violence. *American Journal of Men's Health*, 1, 269-277. <https://doi.org/10.1177/1557988306297794>
- Prospero, M., & Kim, M. (2009). Mutual partner violence: Mental health symptoms among female and male victims in four racial/ethnic groups. *Journal of Interpersonal Violence*, 24, 2039-2056. <https://doi.org/10.1177/0886260508327705>
- Raj, A., & Silverman, J. G. (2007). Domestic violence help-seeking behaviors of South Asian battered women residing in the United States. *International Review of Victimology*, 14, 143-170. <https://doi.org/10.1177/026975800701400108>.
- Randle, A., & Graham, C. (2011). A Review of the evidence on the effects of intimate partner violence on men. *Psychology of Men & Masculinity*, 12, 97-111. <http://doi:10.1037/a0021944>.
- Reid, R. J., Bonomi, A. E., Rivara, F. P., Anderson, M. L., Fishman, P. A., Carrell, D. S., & Thompson, R. S. (2008). Intimate partner violence among men: Prevalence, chronicity, and health effects. *American Journal of Preventive Medicine*, 34, 478-485. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2008.01.029>
- Ruble, T. L., Cohen, R., & Ruble, D. N. (1984). Sex stereotypes: Occupational barriers for women. *American Behavioral Scientist*, 27, 339-356. <https://doi.org/10.1177/000276484027003006>

- Sirriyeh, R., Lawton, R., Gardner, P., & Armitage, G. (2011). Reviewing studies with diverse designs: the development and evaluation of a new tool. *Journal of Evaluation in Clinical Practice*, 18, 746-752. <http://doi:10.1111/j.1365-2753.2011.01662.x>
- Straus, M. A. (1979). Measuring intrafamily conflict and violence: The conflict tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and the Family*, 41, 75-88. <https://doi:10.2307/351733>
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. B. (1996). The revised conflict tactics scales (CTS2) development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17, 283-316. <https://doi.org/10.1177/019251396017003001>
- Sullivan, C. M. (2018). Understanding how domestic violence support services promote survivor well-being: A conceptual model. *Journal of Family Violence*, 33, 123-131. <http://doi:10.1007/s10896-017-9931-6>
- Tjader, T., & Thoennes, N. (2000). Prevalence and consequences of male-to-female and female-to-male intimate partner violence as measured by the National Violence Against Women Survey. *Violence Against Women*, 6, 142-161. <http://doi:10.1002/jcop.20394>
- Tsui, V. (2014). Male Victims of Intimate Partner Abuse: Use and Helpfulness of Services. *Social Work*, 59, 121-130. <http://doi:10.1093/sw/swu007>
- Tsui, V. S. (2010). *Male Victims of Partner Abuse: Barriers and Facilitators to Help-seeking* (Doctoral Dissertation, University of Houston). Retirado de <https://search.proquest.com/openview/a1eccbbba443b2dcfbd9c1a4738b18e4/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>
- Tsui, V., Cheung, M., & Leung, P. (2010). Help-seeking among male victims of partner abuse: men's hard times. *Journal of Community Psychology*, 38, 769-780. <http://doi:10.1002/jcop.20394>
- Walker, A., Lyall, K., Silva, D., Craigie, G., Mayshak, R., Costa, B., ... & Bentley, A. (2019). Male victims of female-perpetrated intimate partner violence, help-seeking, and

reporting behaviors: A qualitative study. *Psychology of Men & Masculinities*, 21, 213.

<http://doi:10.1037/men0000222>

Wallace, S., Wallace, C., Kenkre, J., Brayford, J., & Borja, S. (2018). Men who experience domestic abuse: a service perspective. *Journal of Aggression, Conflict and Peace Research*, 11, 127-137. [http://doi: 10.1108/JACPR-03-2018-0353](http://doi:10.1108/JACPR-03-2018-0353)

Wallace, S., Wallace, C., Kenkre, J., Brayford, J., & Borja, S. (2019). An Exploration of the Needs of Men Experiencing Domestic Abuse: An Interpretive Phenomenological Analysis. *Partner Abuse*, 10, 243-261. <http://doi:10.1891/1946-6560.10.2.243>

World Health Organization (WHO). (2017). *Violence Against Women*. (Website). Retirado de <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>

ANEXOS

Apêndice 1: Tabela 4 - Avaliação da Qualidade dos Artigos

Tabela 4 – Avaliação da Qualidade dos Artigos

Item	Ansara & Hindin, 2010	Barrett, Peirone, & Cheung, 2019	Douglas & Hines, 2011	Hines, Brown, & Dunning, 2007	Machado, Matos, & Hines, 2016	Machado, Santos, Graham-Kevan, & Matos, 2016	Merrill & Wolfe, 2000	Morgan, Williamson, Hester, Jones, & Feder, 2014	Tsui, Cheung, & Leung, 2010	Tsui, 2014	Walker et al., 2019	Wallace et al., 2019
1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
3	2	3	3	3	3	3	2	2	2	3	3	3
4	3	2	3	3	3	1	1	1	1	3	1	3
5	3	3	3	3	3	1	3	1	2	2	3	1
6	2	1	2	3	2	2	2	3	3	2	3	2
7	1	0	2	0	3	3	0	0	0	3	0	3
8	1	1	3	3	2	3	2	2	3	2	3	3
9	0	0	3	—	3	—	0	0	0	3	0	—
10	3	3	3	—	3	—	3	3	3	3	3	—
11	—	—	—	3	—	3	—	0	—	—	3	3
12	0	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
13	0	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0	3

14	—	—	—	0	—	3	—	0	—	—	0	3
15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Resultado	24/42	22/42	37/42	30/42	34/42	34/42	25/42	24/48	26/42	33/42	31/48	36/42
Percentagem	57%	52%	88%	71%	81%	81%	60%	50%	62%	79%	65%	86%

Tabela 4. QATSDD = Quality Assessment Tool for Studies with Diverse Designs (Sirriyeh, Lawton, Gardner & Armitage, 2011). Descrição dos itens: 1= Quadro teórico explícito; 2= Exposição de objetivos no corpo principal do relatório; 3= Descrição clara do *setting* de pesquisa; 4= Evidência da consideração do tamanho da amostra, em termos de análise; 5= Amostra representativa da população alvo; 6= Descrição do procedimento de recolha de dados; 7= Fundamentação da escolha de instrumentos de recolha de dados; 8= Dados detalhados sobre a recolha de dados; 9= Avaliação estatística de validade e fiabilidade dos instrumentos (apenas estudos quantitativos); 10= Concordância entre a pergunta de pesquisa e o método de recolha de dados (apenas estudos quantitativos); 11= Concordância entre a pergunta de pesquisa e o formato e conteúdo do instrumento de recolha de dados e.g. guião de entrevista (apenas estudos qualitativos); 12= Concordância entre a pergunta de pesquisa e o método de análise; 13= Justificação da seleção do método analítico; 14= Avaliação da confiabilidade do processo analítico (apenas estudos qualitativos); 15= Evidência do envolvimento no *design*; 16=: Forças e limitações discutidas criticamente.